



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – Gerência Regional de Irrigação

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

MENOR PREÇO GLOBAL

REABILITAÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOBOMBAS CENTRÍFUGAS VERTICAIS WORTHINGTON 24KMD / BARDELLA PGV355LC DO PERÍMETRO IRRIGADO DE PROPRIÁ, LOCALIZADO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DE SERGIPE.

JULHO/2022



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – Gerência Regional de Irrigação

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	5
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE	5
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS	5
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	6
7. CONSÓRCIO	6
8. SUBCONTRATAÇÃO	6
9. VISITA AO LOCAL DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS	6
10. PROPOSTA	7
11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	7
12. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
13. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS	8
14. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	9
16. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS	9
17. FISCALIZAÇÃO	10
18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	11
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	11
20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	12
21. GARANTIA DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS	12
22. CONDIÇÕES GERAIS	13
23. ANEXOS	13

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de proposta visando a contratação dos serviços de engenharia para manutenção corretiva de 02 (duas) motobombas da marca WORTHINGTON, modelo 24KMD, visando à recomposição da capacidade operacional do sistema de drenagem da estação de bombeamento EB01 do Perímetro Irrigado de Propriá, localizado na zona rural do município de Propriá, vinculado a 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado de Sergipe.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND.	QUANT.	VALOR DE REFERÊNCIA
1	Manutenção de bombas	2330	und	02	R\$ 465.146,67

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens e serviços a serem fornecidos/prestados, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico- financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSER - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos/serviços.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos/serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Representação gráfica da programação parcial ou total de um fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do fornecimento/serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador/Fiscal/Gestor, indicada para exercer e auxiliar em sua representação a fiscalização do contrato.

FISCAL/GESTOR - Técnico responsável da CODEVASF atuando sob a autoridade do Diretor/Gerente da respectiva área e Presidente/Superintendente para exercer a gestão e fiscalização do contrato no âmbito administrativo e técnico, bem como manter o contato direto com a contratada para dirimir dúvidas.

ORDEN DE SERVIÇO - Documento que compõe/comporá o contrato assinado pelo diretor/gerente da área de competência que oficializa o início da contagem de prazo para a execução do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos/serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos/serviços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA - Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos fornecimentos e serviços, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser

acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Forma de Realização: Forma eletrônica, por meio de Sessão Pública realizada pela rede mundial de computadores (www.gov.br/compras/pt-br) e regido pela Lei nº 10.520/2000 e pelo Decreto nº 10.024/2019;

3.2 Modo de Disputa: Aberto, em que o valor mínimo a ser ofertado entre os lances é de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**;

3.3 Regime de Execução: Empreitada por Preço Global;

3.4 Critério de Julgamento: Menor Preço;

4. LOCAL E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

4.1 A contratada é responsável pelo embarque das bombas e dos motores, utilizando equipamento de içamento, mão de obra, ferramentas e meio de transporte próprios e apropriados. As bombas se encontram desacopladas e acondicionadas no pátio da Oficina de São Vicente, coordenadas UTM 740145.41 mE, 8868314.89 mS, situada no município de Propriá, no Estado de Sergipe;

4.2 O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

4.3 A carga e a descarga do equipamento no local de retirada e entrega é de inteira responsabilidade da contratada e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem equipamentos necessários para o manuseio.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS

5.1 O objeto do presente pregão compreende serviços de manutenção corretiva em 02 (duas) motobombas centrífugas verticais WORTHINGTON, visando torná-las operativas;

5.2 Embarque, transporte e desembarque das motobombas para a oficina onde serão realizados os serviços de reabilitação. Tudo sob responsabilidade e ônus da contratada;

5.3 A descrição dos serviços consta nas Especificações Técnicas e na Planilha Orçamentária – Anexo II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes;

5.4 No caso da contratada identificar, após desmontagem em sua oficina, serviços que não foram previstos nas especificações técnicas e nem nas planilhas orçamentárias, informar imediatamente à fiscalização para que sejam adotadas as providências necessárias para dar continuidade à reabilitação;

5.5 Execução da manutenção corretiva, fechamento dos componentes mecânicos da motobomba, embarque e transporte do equipamento para a respectiva estação de bombeamento;

5.6 Instalação da bomba em sua base, acoplamento do motor elétrico e realização dos testes de partida e operação do conjunto, por um período contínuo mínimo de 5 (cinco) horas;

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, fabricantes ou fornecedoras, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2 As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.3 A proposta financeira deverá ser apresentada para as 02 (duas) motobombas que constituem o objeto do pregão e preenchido de acordo com o modelo indicado no Anexo III. Portanto, não será aceita qualquer proposta financeira parcial.

7. CONSÓRCIO

7.1 Não será permitida a participação de consórcio.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Será permitida a subcontratação da manutenção corretiva do motor elétrico, item 1.10 do escopo dos serviços e fornecimentos da especificação técnica desta licitação.

9. VISITA AO LOCAL DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS

9.1 O atestado de visita às estações de bombeamento, onde serão coletadas e depois instaladas as motobombas reabilitadas, **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização das respectivas estações de bombeamento.

9.2 Os custos de visita ao local onde se encontram os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

9.3 Em caso de dúvidas sobre onde se encontram as motobombas que serão reabilitadas, objeto desse termo de referência, ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a 4ª Gerência Regional de Irrigação – 4ª/GRI da CODEVASF, em Aracaju, no estado da Sergipe, no telefone: (79) 3194-4213, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, horário de Brasília.

10. PROPOSTA

10.1 A Proposta de Preço, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos;

10.2 A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:

a) Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo III, que é parte integrante destes Termos de Referência.

b) Junto com a proposta, a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.

c) A Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser preenchida e assinada por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5.194/1966.

10.3 O licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução das obras e serviços de engenharia, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da contratada.

10.4 O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras e serviços de engenharia, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.1 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Inscrição ou registro da licitante junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto;

b) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado objeto similar ao desta licitação;

b1) Define-se como objeto similar: serviços de manutenção corretiva em motobombas centrífugas verticais de fluxo axial, com as seguintes características:

Bomba de vazão mínima de 4.500 m³/h;

b2) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução;

b3) É permitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos estipulados na alínea “b1”;

c) Comprovação de que, na data da entrega da proposta, a licitante possui em seu quadro permanente ou possui declaração de compromisso de vinculação contratual futura, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado obra ou serviço com fornecimento similar ao objeto desta licitação, conforme alínea “b1” deste subitem;

c1) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- o empregado;
- o sócio;
- o detentor de contrato de prestação de serviço;
- declaração de compromisso de vinculação contratual futura, como responsável técnico, caso o licitante se sagre vencedor no certame.

c2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

c3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;

c4) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

12. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos/serviços, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 465.146,67 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), a preços de julho/2022, de acordo com o indicado na Planilha Orçamentária, constante do Anexo III deste termo de Referência.

12.2 A fonte de recursos orçamentários para a cobertura das despesas da contratação será assegurada pelo Programa de Trabalho nº 15.244.2217.00SX.7017 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Equipamentos e Serviços – Bancada - PTRES 207827.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS

13.1 O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, acrescido de mais 30 (trinta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos Serviços, totalizando 120 (cento e vinte) dias corridos.

13.2 O prazo para vigência estabelecido neste TR é em dias corridos, a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação tempestiva, expressa e em comum acordo entre as partes.

14. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 A medição dos serviços executados, para efeito de faturamento, será efetuada por motobomba reabilitada, acoplada, instalada, testada e aprovada pela fiscalização. Não será efetuada a medição de execução parcial de serviços ou apenas o fornecimento dos componentes mecânicos a serem aplicados, ou seja, o pagamento só será liberado quando a motobomba estiver testada e aprovada pela fiscalização, em plenas condições de operação, .

14.2 A medição dos serviços executados numa motobomba reabilitada, testada e aprovada pelo fiscal será efetuada em conformidade com as especificações técnicas e baseada nos preços unitários constantes da planilha orçamentária que integrou a Proposta Financeira da Contratada.

14.3 A medição das peças e dos materiais fornecidos e aplicados numa motobomba reabilitada, testada e aprovada pelo fiscal será feita com base nos quantitativos efetivamente aplicados e o cálculo do valor a faturar será baseado nos preços unitários constantes na correspondente planilha orçamentária que integrou a Proposta Financeira da Contratada.

14.4 Não será objeto de faturamento qualquer serviço que não esteja previsto, ou que seja executado em desacordo com o Termo de Referência, sem justificativa convincente e a autorização expressa do fiscal da contratante.

14.5 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preços unitários dos serviços, efetivamente prestados, mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente.

14.6 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

15.1 Os preços para estes serviços serão fixos e irredutíveis.

16. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS

16.1 Após o término dos fornecimentos/serviços objeto deste TR, a contratada requererá à CODEVASF, através da fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

16.2 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
 - b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- c) Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

16.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

16.4 A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento/serviço executado em desacordo com o contrato.

16.5 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os insumos/serviços rejeitados.

16.6 A contratada entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
- c) Liberação da Caução Contratual (quando houver).

16.7 Aceitos e aprovados os fornecimentos/serviços, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da contratada, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

16.8 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto contratado.

16.9 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços

será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os fornecimentos/serviços conforme o contrato e os documentos que o integram.

17.2 A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3 A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando fornecimentos/serviços que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se a contratada assegurar e facilitar o acesso da fiscalização à oficina onde serão realizados os fornecimentos/serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4 A fiscalização terá plenos poderes para sustar quaisquer fornecimentos/serviços que não estejam sendo executados dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Irrigação – 4ª/GRI, responsável pela execução do contrato.

17.5 Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6 Das decisões da fiscalização poderá a contratada recorrer à Gerência Regional de Irrigação – 4ª/GRI da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos/serviços prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

18.2 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

18.3 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

18.4 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 18.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 O licitante fica obrigado a garantir a qualidade de todos os fornecimentos/serviços prestados.

19.2 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

19.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

19.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar das garantias, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

19.6 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

19.7 Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.8 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados e também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da Lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meio de canais de denúncias disponíveis.

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

20.1 Exigir da contratada o cumprimento integral deste Termo de Referência.

20.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada, através de correspondências protocoladas.

20.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

20.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

20.5 Rejeitar todo e quaisquer fornecimentos/serviços inadequados, incompletos ou não especificados e estipular prazo para sua retificação.

20.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

20.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

21. GARANTIA DOS MATERIAIS

21.1 Os serviços exigidos para a reabilitação dos conjuntos eletrobombas deverão ser executados de acordo com as normas técnicas próprias e ter garantia de 12 (doze) meses, contados a partir da data da aprovação dos testes operacionais, assim como, as peças e os materiais exigidos deverão ser aplicados de acordo com as normas técnicas dos respectivos fabricantes e ter garantia contra defeitos decorrentes de projeto, fabricação ou uso de materiais diferentes dos especificados, pelo período estabelecido pelo fabricante.

21.2 Dentro do prazo de garantia, a contratada deverá se comprometer com o atendimento para assistência técnica de manutenção das bombas, quando solicitada, através de pessoal qualificado e equipamento apropriado, num período máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da solicitação feita pelo representante da CODEVASF.

22. CONDIÇÕES GERAIS

22.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a contratada, independente de transições.

23. ANEXOS

23.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Especificações Técnicas
- Anexo III – Planilha Orçamentária
- Anexo IV - Matriz de Risco

Responsável pela Elaboração:

Fábio Caldas Pacheco
Analista de Desenvolvimento Regional
4ª GRI/UGE